

**Gaeco e Gepatria cumprem dez mandados de busca e apreensão em Mangueirinha e em Coronel Domingos Soares em nova fase da Operação Container**

**Criminal**

Postado em: 28/10/2021

O Ministério Público do Paraná cumpriu nesta quinta-feira, 28 de outubro, dez mandados de busca e apreensão expedidos pelo juízo criminal de Mangueirinha, no Centro-Sul do Estado, em desdobramento da Operação Container. As medidas aprofundam investigação de crimes de corrupção passiva, fraudes licitatórias e lavagem de ativos praticados no âmbito de contratos municipais para destinação de resíduos sólidos (lixo) e outros serviços. A ação do MPPR foi realizada pelos núcleos de Guarapuava do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e do Grupo Especializado na Proteção do Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa (Gepatria). São investigados os ex-prefeitos de Mangueirinha e de Coronel Domingos Soares nas gestões de 2013 a 2016, suspeitos de terem recebido propinas em valores que ultrapassam R\$ 360 mil. Foram cumpridos mandados nas residências dos investigados e em uma empresa ligada a eles, nos municípios de Mangueirinha e Coronel Domingos Soares. Segundo elementos colhidos nas apurações do Ministério Público, os pagamentos de vantagens se prolongaram de 2012 até 2018 e teriam sido feitos por meio de pessoas físicas e jurídicas (também alvos da busca) que intermediavam e fracionavam as movimentações entre os agentes públicos e empresários do ramo da coleta de lixo. Também foram alvos das buscas ex-secretários municipais de Mangueirinha suspeitos de terem agido em desvio de função para possibilitar o direcionamento das licitações aos empresários e um ex-vereador da mesma cidade que teria exigido R\$ 45 mil de propina para não exercer seu poder de fiscalização sobre ao menos um dos contratos administrativos. Na casa do ex-vereador, foram apreendidos cerca de R\$ 64 mil. Operação - Iniciada pelo Gaeco e pelo Gepatria de Guarapuava, a Operação Container já teve várias fases desde 2018 e apura a existência de organização criminoso formada por empresários que, em coparticipação com agentes públicos, praticaram crimes diversos com o fim de regionalizar e fixar artificialmente os preços do mercado licitatório de resíduos sólidos em diversos municípios das regiões Sudoeste, Oeste, Centro Ocidental e Centro-Sul do estado. Até o momento, foram oferecidas seis denúncias criminais a partir da Operação Container, das quais cinco tramitam no Juízo Criminal de Laranjeiras do Sul e uma no Juízo Criminal de Catanduvas. Informações para a imprensa

Assessoria de Comunicação

comunicacao@mppr.mp.br

(41) 3250-4249